



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAFAEL FREITAS CASSAVIA

**AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E A CRISE SOCIAL
NA GRÉCIA ENTRE 2008 E 2012**

JOÃO PESSOA – PB

2016

RAFAEL FREITAS CASSAVIA

**AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E A CRISE SOCIAL
NA GRÉCIA ENTRE 2008 E 2012**

Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de bacharel.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcionila Fernandes.

JOÃO PESSOA – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C343p Cassavia, Rafael Freitas

As políticas de austeridade e a crise social na Grécia entre 2008 e 2012 [manuscrito] / Rafael Freitas Cassavia. - 2016.
32 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Marcionila Fernandes, Departamento de Relações Internacionais".

1. Crise fiscal Grega. 2.. Periferia da zona do euro 2.
Interdependência econômica. I. Título.

21. ed. CDD 338.542

RAFAEL FREITAS CASSAVIA

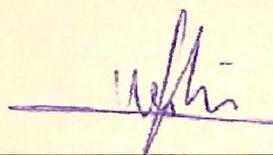
AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E A CRISE SOCIAL NA GRÉCIA ENTRE 2008 E 2012

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

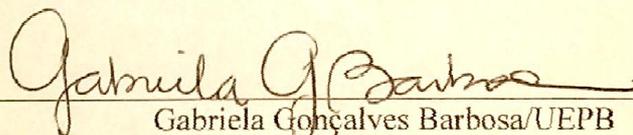
Aprovado(a) em 24 / maio / 2016 .



Marcionila Fernandes/UEPB
Orientador(a)



Julio César Cabrera Medina/UEPB
Examinador(a)



Gabriela Gonçalves Barbosa/UEPB
Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao povo do estado da Paraíba, por ter me permitido desenvolver meus estudos na Universidade Estadual da Paraíba, onde encontrei as mais amplas oportunidades de desenvolver meus estudos e pesquisa, amparado pelo conhecimento e aconselhamento de professores dedicados ao aprimoramento da vida acadêmica e pessoal de seus alunos.

À minha orientadora, Professora Dr^a. Marcionila Fernandes, que tão gentilmente aceitou compartilhar comigo seus conhecimentos e aconselhamentos para a produção deste artigo, e sem a qual eu certamente não teria sido capaz de desenvolver meu trabalho de conclusão de curso. Aos professores Julio Cabrera e Gabriela Gonçalves, membros da banca examinadora, que tão atentamente avaliaram esse trabalho e contribuíram para o aperfeiçoamento deste.

Agradeço aos meus pais, Darcy e Roseli (*in memoriam*) pela dedicação que empreenderam no meu desenvolvimento, buscando sempre demonstrar os exemplos de como levar a vida de forma digna e honrada, e pelo esforço e rigidez com que cobraram de mim as posturas mais corretas, que caracterizam a postura de um homem de bem.

Aos meus irmãos, Marina, Vinicius e Gabriela, por todo o carinho e amor que dedicaram e mim, mas que também despertaram em mim, tornando minha vida algo com profundo significado. Aos meus avós Darcy (*in memoriam*), Maria Aparecida, José e Mariana (*in memoriam*), que são para mim o grande exemplo a ser seguido, e um reflexo de tudo aquilo o que é mais correto e justo.

Agradeço à Elze, que conheci na universidade, por ter se tornado parte tão importante da minha vida, de ter me acompanhado ao longo desta trajetória, oferecendo todo o apoio necessário para que eu pudesse caminhar neste e em todos os outros projetos da minha vida.

À família Rodrigues que me acolheu em seu seio, e me fez sentir parte integrante, me oferecendo todo o apoio e carinho. Especialmente Dona Zelândia, que em todas as vezes me tratou com a mesma dedicação e atenção que se destina a um filho.

Agradeço aos amigos que conheci na universidade, em especial Hewerton, Guilherme, Netto, Pietro, Felipe, Grazi, Mariana, Duda, Nayanna, Nara, Mariana e Marcella, cuja companhia no cotidiano das aulas, me permitiu transformar a experiência da vida universitária em algo além do crescimento acadêmico, mas também do crescimento das relações de amizade.

RESUMO

O período compreendido entre 2007 e 2012 foi marcado pelas profundas turbulências do cenário econômico mundial. Instituições financeiras centenárias se viam na iminência da falência, levando consigo trilhões de dólares em ativos depreciados. Esse cenário forçou os governos soberanos nacionais a tomarem medidas de emergência a fim de impedir que os acontecimentos dos anos de 1930 se repetissem e levassem as economias à uma nova década de recessão. Este artigo faz uma análise com base em comparação de dados estatísticos oficiais interpretados por meio do olhar das Relações Internacionais e, mais especificamente, da Teoria da Interdependência Complexa. Em foco, está o caso específico da Grécia, e como as vulnerabilidades do sistema econômico grego se tornaram uma ameaça real à manutenção deste sistema, assim como quais as medidas que foram tomadas objetivando impedir o colapso da economia grega e como consequência o colapso de todo o sistema econômico e monetário europeu. São objetos desse artigo, portanto, a atuação de agentes externos sobre a soberania grega, e como esses agentes influenciaram na condução do governo soberano daquele país.

Palavras-chave: Crise fiscal grega – *Troyka* grega – Periferia da Zona do Euro – Interdependência econômica – União Europeia.

ABSTRACT

The period between 2007 and 2012 was marked by the profound turmoil of the global economic scenario. Centennial financial institutions found themselves on the verge of bankruptcy, taking trillion in depreciated assets. This scenario forced the sovereign national governments to take emergency measures to prevent the events of 1930 to be repeated and probably lead economies to a new decade of recession. This article is an analysis based on comparison of official statistics interpreted through the eyes of the international relations and more specifically the Theory of Complex Interdependence. The focus is on the specific case of Greece, and how the vulnerabilities of the Greek economy have become a real threat to the maintenance of this system and what measures have been taken aiming at preventing the collapse of the Greek economy and to the failure of all European economic and monetary system. The objects of this article, therefore, are the action of external agents on Greek sovereignty, and how these agents influence the conduct of the sovereign government of that country.

Keywords: Greek fiscal crisis – Greek *Troyka* – Eurozone periphery – Economic interdependence – European Union

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	ALGUMAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE FINANCEIRA INICIADA EM 2007	10
2.1	Crise financeira internacional de 2007	11
2.2	Desequilíbrios fiscal, comercial e político enfrentados pela Grécia desde a adoção do euro	13
2.3	A contração da economia grega resultante da política de austeridade fiscal imposta pela <i>troika</i> como condição para liberação de recursos financeiros para o resgate da economia grega	16
3	OS PACOTES DE AJUSTE FISCAL PARA A GRÉCIA	24
3.1	Primeiro pacote de ajuste econômico para a Grécia	24
3.2	Segundo pacote de ajuste econômico para a Grécia	25
4	A CRISE GREGA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

É característico do sistema financeiro globalizado da atualidade que os ativos dos bancos ao redor do mundo sejam interconectados e dependentes. Sendo assim, uma possível ausência de liquidez de um conjunto de ativos faz com que todos os outros estejam sujeitos a perder seu valor, levando a uma crise financeira de liquidez e solvência.

Dada a estrutura interdependente que se opera no nível global, segundo Boyer (2012), é longe de ser surpreendente que a quase destruição do sistema financeiro americano tenha evoluído para uma grave recessão econômica que se dissipou por todas as economias ao redor do mundo globalizado¹. Entretanto, o mecanismo preciso de contágio se diverge e tem diferentes impactos de acordo com o estilo da macroeconomia no nível nacional.

Tal fenômeno pôde ser observado em 2007, quando da falência do banco Lehman Brothers, e a consequente contaminação do sistema bancário americano provocada pelo acúmulo de ativos financeiros de baixa liquidez². Esse processo de depreciação dos ativos do banco espalhou-se rapidamente pelo sistema financeiro global, levando ao que a mídia tem chamado de pior crise financeira desde a Grande Depressão em 1929³. Repentinamente, os bancos encontraram-se em posição extremamente desfavorável, sem a possibilidade de fazer frente aos seus compromissos, levando à possibilidade de haver uma insolvência generalizada no sistema bancário.

Os fluxos financeiros alavancados promovem a criação de ativos que não encontram correspondentes na economia real. São, assim, instrumentos de especulação na economia financeira. Tais ativos são capazes sobreviver em economias com grande disponibilidade de liquidez, mas não são sustentados em situações de crise de liquidez.

O gatilho da chegada da crise à Europa foi a quebra do Lehman Brothers que, de acordo com a lei de falências da Inglaterra, teve suas operações suspensas tornando impossível a liquidação de seus passivos. Uma vez que o Lehman Brothers já não podia mais quitar seus compromissos, as interconexões de ativos provocaram contaminação de todo o sistema financeiro interligado, que, por consequência, passou a enfrentar dificuldades para honrar seus respectivos compromissos.

Os Estados Europeus encontraram-se forçados a promover pacotes de socorro

¹ Ver: “Entenda a quebra do banco Lehman Brothers” (ENTENDA..., 2008).

² Para uma cronologia da falência do Banco Lehman Brothers, ver: “The collapse of Lehman Brothers” (THE COLAPSE..., 2008).

³ Ver: “2008: Worse than the Great Depression?” (2008: WORSE..., 2014) e “When fortune frowned” (WHEN FORTUNE..., 2008).

financeiro a essas instituições à beira da falência. Para tanto, desprenderam somas significativas de dinheiro público para comprar os ativos depreciados dos bancos e promover uma injeção de liquidez na economia como um todo. Tais pacotes serviram para transferir a dívida do sistema financeiro para os tesouros nacionais, promovendo um aumento significativo nos déficits públicos e no endividamento soberano.

Segundo o relato de Boyer (2012), diante do perigo de repetir os acontecimentos do período entre guerras, os governos assentiram em priorizar a administração do risco de repetir de uma depressão ainda maior. Os bancos centrais permitiram o socorro financeiro garantindo completo acesso à liquidez, e os tesouros nacionais aceitaram os aumentos dos déficits públicos como mecanismo contra cíclico, além de um explícito corte nos impostos e aumentos nos gastos públicos. Além disso, se viram obrigados a resgatar seus sistemas financeiros nacionais estendendo garantias e recapitalizando os grandes bancos. Essas são as origens negligenciadas da atual preocupação quanto à crise dos déficits soberanos.

A Grécia, país da periferia da Zona do Euro, tem sua economia nacional fundamentalmente baseada no setor de turismo e na manufatura de baixa complexidade. Sendo assim, o investimento estrangeiro possibilitado pelos fluxos financeiros internacionais é primordial para o financiamento das atividades econômicas e fiscais da sociedade grega. Considerando a representatividade de tais investimentos na política fiscal grega, quando cessaram os fluxos de capital para seus cofres públicos, o Estado Grego encontrou-se sem condições de financiar sua política fiscal, como previdência social, salários do funcionalismo público, investimentos em educação, saúde e outros serviços.

Diferentemente dos demais países da União Europeia, a Grécia já apresentava fragilidades na condução da política fiscal. Esse aspecto ficou ainda mais exacerbado após a deflagração da crise.

Para entender as peculiaridades da crise na Grécia em relação aos seus pares europeus, é necessário pensar o conceito de crise. Krugman (2009) classifica as crises econômicas em três tipos: primeira, segunda e terceira geração. A primeira geração é caracterizada por erros de gestão na balança de pagamento dos Estados. A segunda, por ataques especulativos de investidores internacionais a uma dada moeda soberana. Já a terceira geração compreende as crises causadas por mau gerenciamento dos ativos bancários, fraudes nos balanços e riscos morais ignorados. Existe um debate sobre a qual tipo pertence a crise de 2007. Esses conceitos serão explorados mais a frente neste trabalho.

À luz das Relações Internacionais, os desdobramentos da crise iniciada em 2007 se mostram importante objeto de reflexão sobre o papel das instituições internacionais para a

condução das políticas públicas domésticas de grande repercussão interna e grandes custos sociais. O caso da Grécia, de forma mais específica, mostrou como organismos internacionais tais como o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia impuseram a um Estado soberano condições e constrangimentos para a adoção de medidas de saneamento fiscal altamente importantes para a manutenção do bloco econômico europeu, mas profundamente impactantes para a sociedade grega.

Diante do exposto, o principal objetivo deste artigo é compreender as razões pelas quais a Grécia se submeteu a adotar tais medidas de austeridade fiscal e como as instituições da União Europeia foram capazes de compelir a Grécia para a adoção de tais medidas. Para isso, será feita uma análise dos impactos sobre a sociedade grega dos planos de resgate arquitetados pelas instituições internacionais, como esses planos significaram um profundo golpe na qualidade de vida dos cidadãos gregos levando a convulsões sociais e a impossibilidade de formação de um governo de coalizão.

A primeira parte deste trabalho é dedicada à investigação e à análise das causas profundas que conduziram à situação de crise enfrentada pelo Estado Grego entre 2009 e 2011. Em seguida, será feita verificação das medidas propostas pelo Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional para as propostas de planos de resgate da economia grega. Nesta seção também se analisará como se deu a implementação de tais medidas e quais foram as dificuldades encontradas pelo governo em adotá-las. A terceira é composta de uma reflexão a respeito dos fatos apresentados e sob a luz da Teoria da Interdependência Complexa das Relações Internacionais, em que se busca compreender o papel das instituições internacionais e dos Estados na solução da crise. Nas considerações finais, faz-se um balanço das informações e dados compelidos ao longo do trabalho, em busca de conclusões para os problemas propostos inicialmente.

2 ALGUMAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE FINANCEIRA INICIADA EM 2007

Nesta seção, investigam-se as causas e as consequências da crise financeira iniciada em setembro de 2007. Será feita uma análise das razões que fizeram tal crise provocar o enfraquecimento de uma parcela importante do sistema financeiro internacional, bem como da forma com que os Estados nacionais, através de seus mecanismos de estabilização, promoveram o resgate aos bancos fragilizados pelas circunstâncias. Em seguida, procura-se entender os reflexos da crise bancária sobre as economias nacionais e como o Estado Grego se viu imerso em uma crise fiscal enfrentando dificuldades para rolar suas dívidas soberanas.

Esse levantamento sobre a crise de 2007 e suas consequências faz-se necessário para contextualizar a situação econômica e política enfrentada pela Grécia entre 2008 e 2012, período dessa análise, e como esses acontecimentos influenciaram na adoção de medidas restritivas à sua economia. Tal procedimento é importante porque essa conjuntura representou um importante fator para a elaboração dos termos da política de austeridade fiscal imposta à Grécia pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

A Grécia, desde a adoção do euro nos anos 2000, já enfrentava desequilíbrios fiscal e em sua balança comercial. Todavia, os altos fluxos de investimento e a grande oferta de liquidez no mercado financeiro internacional permitiam à Grécia financiar seus déficits fiscais e comerciais a baixas taxas de juros. Os acontecimentos de 2007 e 2008 levaram a Grécia a uma crise fiscal na qual o Estado encontrou-se sem condições de financiar sua política fiscal com taxas de juros reduzidas, gerando a possibilidade de insolvência.

É importante, ao longo desse trecho, manter em vista as causas da crise fiscal e social na Grécia segundo Boyer (2012): a crise financeira internacional de 2007, o desequilíbrio fiscal e comercial enfrentados pela Grécia desde a adoção do euro e a contração da economia grega resultante da política de austeridade fiscal imposta pela *troika*⁴ como condição para liberação de recursos financeiros para o resgate da economia grega. Isso posto, esse trabalho passa a análise da crise de forma cronológica.

⁴ O termo em russo é usado para designar comitês compostos por três membros. No caso da crise da Zona do Euro e, conseqüentemente, da economia grega, a palavra *troika* é utilizada para denominar a ação conjunta do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia no referido contexto.

2.1 Crise financeira internacional de 2007

A constante desregulação do sistema financeiro promovida a partir da década de 1980 levou à inovação, desenvolvimento de novos produtos comercializados pelas instituições bancárias ao redor do mundo, em especial nos EUA e na Europa. Tal dinâmica era caracterizada pela emissão de títulos financeiros de alto grau de risco que, apesar da contradição, obtinham notas de investimento a partir de agências de classificação de risco.

Isso provocou o aumento substancial na oferta de crédito e levou à queda das taxas de juros praticadas, permitindo que clientes com baixa capacidade de pagamento tivessem acesso a crédito bancário para compra de imóveis e outros bens. O grande aquecimento do comércio imobiliário levou ao aumento significativo dos preços desses imóveis, deixando ainda mais vulnerável o interligado sistema financeiro.

Como base para entender a crise iniciada em 2007, pode-se utilizar a classificação de Krugman (2009) e as diferentes reflexões feitas a partir daí. No quadro há seguir há uma esquematização das gerações feito por Krugman a partir de suas causas.

Quadro 1 – Classificação das crises de acordo com suas causas

Geração da crise	Causa da crise
Primeira geração	Erros de gestão na balança de pagamentos dos Estados.
Segunda geração	Ataques especulativos de investidores internacionais a uma determinada moeda soberana.
Terceira geração	Mau gerenciamento dos ativos bancários, fraudes nos balanços e riscos morais ignorados.

FONTE: Elaboração própria a partir de Krugman (2009).

Em referência a essa classificação, para Holland e Brito (2010), a crise de primeira geração pode ser entendida entre

“as crises provenientes dos problemas do balanço de pagamentos. A raiz dos problemas de balanço de pagamentos seria um déficit orçamentário do governo, considerado exógeno e financiado por crédito doméstico. As autoridades monetárias conseguem administrar uma dada paridade cambial até o limite mínimo de reservas cambiais, quando a crise supostamente ocorreria. Aqui, a crise aconteceria por erro de *policymakers* em anunciar uma paridade cambial supostamente não crível com sua política econômica doméstica. Talvez por isso mesmo, em um balanço amplo sobre as diversas crises financeiras internacionais, Krugman declara: ‘Até bem pouco tempo, e talvez até agora, se você dissesse ‘crise financeira’, a reação instantânea decerto seria ‘América Latina’ (p. 31).” (HOLLAND e BRITO, 2010, p.180)

Já a de segunda geração, para os autores em resenha de Krugman (2009), caracteriza-se pelos ataques especulativos autorrealizáveis, nos quais se observa um grande fluxo de moeda estrangeira, o que provoca uma supervalorização da moeda nacional. Isso altera o equilíbrio cambial e obrigando a autoridade monetária a tomar as medidas necessárias para a restauração da taxa de câmbio. (HOLLAND e BRITO, 2010)

Holland e Brito (2010), classificam a crise de 2007 como de terceira geração que

“está diretamente relacionada a problemas de informações assimétricas, seleção adversa e *moral hazard*, o que acabou por gerar problemas do tipo *balance sheet mismatch*, particularmente entre bancos. Na verdade, *cronycapitalism*, definido formalmente como garantias governamentais implícitas para devedores corporativos e bancos fracamente regulados tem sido a inspiração por trás da abordagem de terceira geração de crise cambial. Já neste modelo de crise cambial, muito provavelmente os agentes econômicos erram, mesmo sobre bons fundamentos de política econômica.” (p. 180)

Boyer (2012) também faz uma análise da crise de 2007 segundo o modelo de Krugman (2009), mas a classifica como de segunda geração. O autor acredita que a crise tenha sido causada por um ataque especulativo ao euro e ao sistema bancário europeu. Sendo assim, na crise de primeira geração, causada pelo excesso de déficit público, que leva a um processo de aceleração inflacionária, perda de competitividade e uma fuga de capitais que torna insustentável o regime de câmbio fixo, a redução do déficit público e a desvalorização do câmbio são estratégias lógicas para sua superação.

Em sua análise de Krugman (2009), Boyer (2012) enxerga a segunda geração de crise como um modelo de crise caracterizado pelo grande fluxo de recursos de curto prazo, que promovem uma oferta de liquidez que serve como gatilho para uma bolha imobiliária, que é deixada sem controle pelas autoridades, adeptas à baixa regulamentação do setor financeiro, ou por uma política monetária pró-crescimento, baseada em baixas taxas de juros nominais. Observa-se também que a política orçamentária também pode tomar rumos pró-cíclicos e aumentar o desequilíbrio macroeconômico, não sendo, contudo, a fonte primária da bolha especulativa

“First-generation crisis models pointed out that a boom generated by excessive public deficits was bound to be stopped by accelerating inflation, a loss of competitiveness and a capital flight that makes the current fixed exchange rate regime unsustainable (Krugman, 1979). In such a configuration, the reduction of public deficit and devaluation of the domestic currency were logically grounded strategies in order to overcome the crisis. The American crisis is closer to the second-generation models (Krugman, 1999, 2001): large inflows of short-term capital provide the liquidity that triggers a real-estate bubble, which is left uncontrolled by public authorities, adept of light-touch financial regulations or of a pro-growth monetary policy based on low nominal interest rates. Of course, budgetary policy might also become pro-cyclical and exacerbate the emerging macroeconomic disequilibrium, but this is not the primary source of the speculative bubble.” (BOYER, 2012, p. 291)

Diante do exposto, é arriscado tentar classificar a referida crise, uma vez que seu desenrolar ainda não foi encerrado. Holland e Brito (2010) e Boyer (2012) ressaltam aspectos distintos da crise em suas análises. Ter em consideração as duas visões é importante neste trabalho porque esse se propõe um levantamento de dados e de bibliografia. Entretanto, não há como descartar uma das visões, já que elas são complementares e, em momentos distintos, serão necessárias à análise à sua maneira.

2.2 Desequilíbrios fiscal, comercial e político enfrentados pela Grécia desde a adoção do euro

A adoção do euro, entre 1999 e 2002, promoveu a estabilização da taxa de câmbio nos países membros da União Europeia. Tal fenômeno incrementou os fluxos comerciais dos países intrabloco, permitindo o crescimento das transações regionais. Porém, as desigualdades entre as capacidades competitivas dos países do Norte e do Sul da Europa geraram um desequilíbrio na balança comercial que se mostrou favorável aos países mais industrializados e, conseqüentemente, desfavorável aos países com estágio de industrialização mais baixo, dentre os quais está a Grécia.

Um dos principais problemas gerados pela criação de uma moeda comum para a Europa é a ausência de um sistema de ajustes que corrija os desequilíbrios existentes entre os países-membros e, por isso, também não permite que alguns deles sejam passíveis de recorrer ao recurso da desvalorização externa para restaurar sua competitividade internacional. Assim, o que lhes sobra é provocar a deflação interna por meio da redução de preços e de salários. Essa estratégia é mais lenta e tem conseqüências mais graves do que a desvalorização externa.

No contexto de uma economia nacional de alto endividamento do Estado que, por sua vez, não tem controle sobre a moeda corrente em seu território, o resultado pode ser o aprofundamento dessa dívida – justamente o problema que se buscava corrigir através da redução das receitas públicas, do corte dos investimentos estatais e privados, etc. O governo encontra-se, assim, sem opções de manobras estratégicas tendo em vista políticas que corrijam esses desequilíbrios.

No caso da Grécia tal desequilíbrio foi minimizado ao longo da primeira década dos anos 2000 pelo grande fluxo de capitais estrangeiros que entrou no país a uma baixa taxa de juros e que permitiram, através de déficit fiscal, compensar as perdas provocadas pelo déficit

comercial.

Conforme visto na seção anterior, a crise financeira provocou uma diminuição nos fluxos de capitais circulantes pelo mundo e um aumento na taxa de juros de empréstimos interbancários. Tal situação serviu para revelar a precária condição fiscal do Estado grego e a dificuldade por ele enfrentada em financiar suas atividades através da produção nacional e da arrecadação de impostos. Esse cenário levou os investidores internacionais a exigir uma remuneração crescente para os empréstimos ao Estado grego, o que tornou virtualmente impossível a rolagem da sua dívida soberana. Assim, revelou-se a possibilidade iminente de um *default*.

O risco de *default* na Grécia levou a autoridade monetária europeia, em conjunto com a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a intervir na renegociação da dívida grega. A assinatura de um memorando de entendimento a 9 de fevereiro de 2010 entre o Governo grego, o FMI e o BCE rendeu à Grécia um empréstimo de oitenta bilhões de euros em troca de medidas de austeridade fiscal. Pelo empréstimo, o Governo congelou o salário de todo o funcionalismo público, cortou o pagamento de bonificações e horas extras, além de reduzir significativamente as viagens a trabalho de seus servidores (UNION, 2010).

Pouco menos de um mês depois do primeiro pacote de medidas austeras⁵, a Lei de Proteção da Economia foi aprovada pelo Parlamento Grego⁶. Em uma tentativa de poupar mais 4, 8 bilhões de euros, haveria também diminuição nos subsídios de Natal e de Páscoa e mais enxugamento nos bônus para o funcionalismo público, além de um aumento no IVA, dentre outros impostos. Ainda assim, as medidas não foram suficientes para melhorar a situação econômica do país. Isso fez com que a o Governo requisitasse à União Europeia e ao FMI a ativação do pacote de resgate. Até o mês de maio seguinte, a Grécia precisaria desse auxílio ou seria obrigada a pagar uma dívida de 11,3 bilhões de euros.

Para responder o pedido grego, a Comissão Europeia, o FMI e o BCE formaram a *troika*, uma comissão destinada à preparação de um programa que se iniciava com um empréstimo e seguia com recorrentes políticas econômicas que incluíam novas medidas a serem implantadas pela Grécia.

O terceiro pacote de austeridade foi anunciado em 1º de maio de 2010. O objetivo era de poupar 38 bilhões de euros nos dois anos por vir. Sua aprovação, entre 29 e 30 de junho

⁵ É importante diferenciar os pacotes de resgate dos pacotes de austeridades, ambos tendo os memorandos de entendimento Grécia-*troika* como seu fato gerador. Os pacotes de resgates são os valores cedidos em empréstimos pela *troika* à Grécia. Os pacotes de austeridade são as medidas tomadas por esse país como resposta à condições colocadas para o recebimento dos pacotes de resgate.

⁶ Ver: “Greek parliament passes austerity bill” (GREEK..., 2010).

gerou uma greve geral e inúmeros protestos, além de manifestações violentas que levaram à morte de três pessoas. As medidas, sem precedentes no país, incluíam corte de 8% nos subsídios públicos além dos anteriores, mais um corte de 3% nos salários dos funcionários públicos, abolição de bônus para quem ganha mais de três mil euros por mês, limite de quinhentos euros para pagamento de 13º e 14º salários, teto de 800 euros mensais para pensionistas, retorno do imposto sobre pensões elevadas, impostos extraordinários sobre o lucro das empresas, mais aumentos de IVA, igualdade entre sexos para a idade de aposentadoria, mudanças no prazo para aposentadoria, aumentando-o, redução de empresas públicas (de 6000 para 2000), redução no número de municípios (de 1000 para 400).

Logo após o anúncio do pacote de medidas, a Grécia recebeu 45 bilhões de euros da *troika*, com previsão de mais fundos. Assim, foi possível cobrir 8,5 bilhões de euros de títulos gregos, totalizando 11 bilhões de euros.

Em 2011, um plano a médio prazo foi introduzido por novo pacote de austeridade. A lei, apesar de encontrar um descontentamento generalizado na população, foi aprovada no Parlamento Grego e pretendia promover um ajustamento estrutural da economia. As medidas aprovadas já não tinham caráter tão emergencial quanto as anteriores, mas também serviam como um remédio à crise instalada desde o fim da década passada. Constavam na lei um aumento significativo de privatizações, vendas de propriedades estatais, aumento de impostos sobre rendas acima de oito mil euros anuais, aumento do IVA para habitação, nova diminuição no valor das pensões, mais impostos sobre imóveis foram introduzidos pelo governo e foi incluído na cobrança pela eletricidade. A expectativa era de aumentar a receita em 4 bilhões de euros (UNION, 2012; MONASTIRITIS *et al.*, 2013).

Em outubro, o parlamento apoiou o primeiro ministro George Papandreou a tomar novas medidas de austeridade que permitiram a obtenção, pela Grécia, de mais uma parcela do empréstimo com a finalidade de impedir um *default* da dívida soberana e possibilitaria uma anulação parcial da dívida. Em caso de apoio confirmado por referendo, a EU concederia um empréstimo de cem bilhões de euros. No entanto, uma vez que não havia condições políticas para a aprovação do referendo pela população grega, a consulta foi cancelada.⁷

Em novembro de 2011, o parlamento grego coloca em pauta a aprovação ou rejeição da manutenção do gabinete de Papandreou. Devido ao desgaste político causado pelos fatos dos meses anteriores e, especialmente, pelo cancelamento do referendo, decide-se pela

⁷ Ver “Grécia desiste do referendo, diz ministro das Finanças” (GRÉCIA..., 2011) e “Greek Leaders Calls Of Referendum on Bailout Plan” (GREEK..., 2011).

dissolução do governo então vigente. Incapaz de fazer aprovar as medidas de austeridade requeridas para o novo aporte financeiro por parte da *troika* e a reestruturação da dívida por conta dos credores, Papandreou e seu gabinete deixam o governo grego⁸.

Para que as medidas pudessem ser tomadas na Grécia, foi indicado como primeiro-ministro Lucas Papademos de um governo interino de coalizão. Tecocrata com passagem pela chefia do Banco da Grécia e do BCE, seu perfil agradou a opinião pública grega. Enquanto isso, para garantir a continuidade dos acordos de austeridade, a UE exigiu que os líderes partidários assinassem termos de compromissos, em que foi apoiada por Papademos. Esses documentos obrigariam os futuros governos gregos à austeridade e ajustamento fiscal até 2020. Para conceder a Papademos tempo para a aplicação do plano de austeridade, a próxima eleição ficou marcada para abril de 2012⁹.

2.3 A contração da economia grega resultante da política de austeridade fiscal imposta pela *troika* como condição para liberação de recursos financeiros para o resgate da economia grega

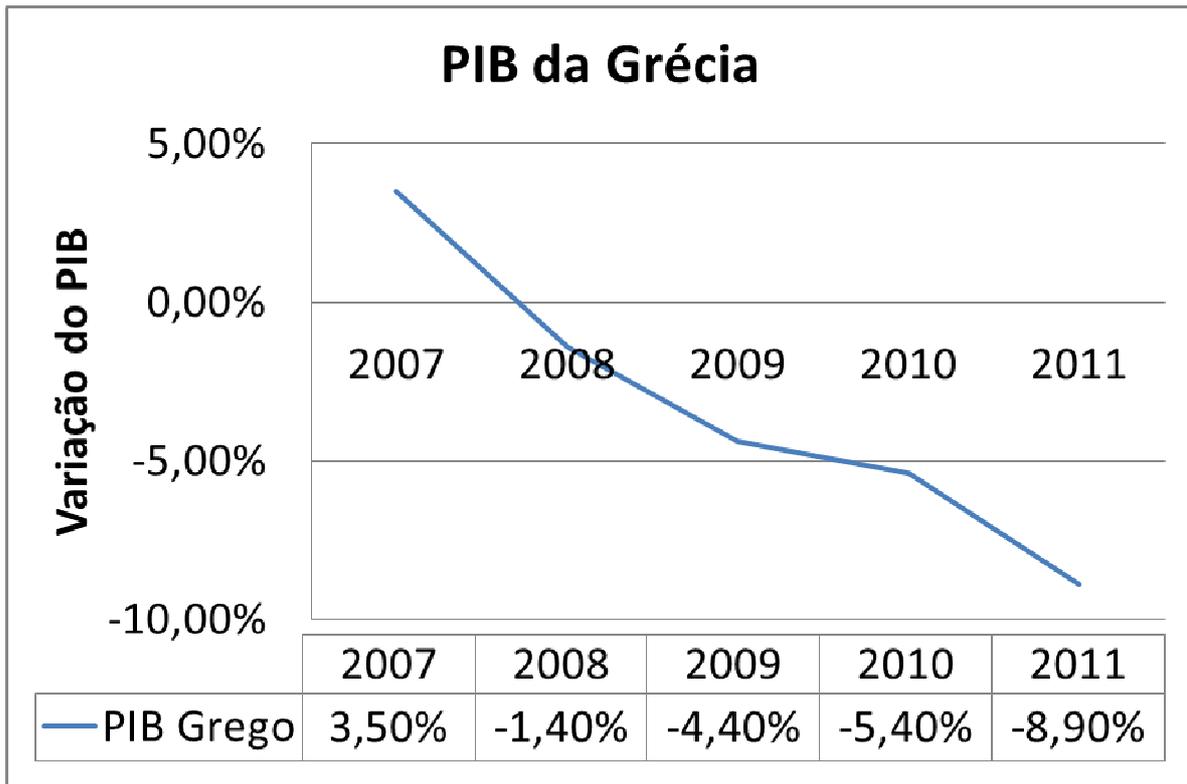
Nessa seção, trataremos sobre os efeitos da política de austeridade fiscal imposta pela *troika* na economia grega. Vamos analisar a evolução da recessão econômica e seus efeitos sobre as taxas de crescimento do PIB, no aumento dos níveis de desemprego, na redução da renda nacional e no aumento das taxas de impostos sobre a renda.

O mais completo índice para a avaliação do desempenho econômico de um país é seu Produto Interno Bruto (PIB), uma vez que ele compreende todos os aspectos econômicos em andamento em um determinado país. As menores variações nesse índice representam uma importante evolução na capacidade produtiva da economia e no bem-estar geral da população. O gráfico a seguir mostra como o produto interno bruto da Grécia foi reduzindo durante o período estudado, o que nos permite extrair um retrato da situação econômica do país.

Gráfico 1 – Variação do PIB grego entre 2007 e 2011

⁸ Ver: “Papandrous’s Fall” (PAPANDREOU..., 2011) e “Insight: Papandreou, the rise and fall of a Greek prince” (INSIGHT..., 2011).

⁹ Ver: “European debt crisis: Papademos named as Greece’s new PM” (EUROPEAN..., 2011) e “Lucas Papademos emerges as frontrunner to be new Greek PM” (LUCAS..., 2011).



FONTE: Elaboração própria a partir de EUROSTAT (2016).

Conforme o gráfico anterior, o produto interno bruto grego se mostrou bastante sensível à desaceleração econômica provocada pela crise econômica, posteriormente, pelas medidas de ajuste fiscal. A retração do PIB repercute significativamente na arrecadação de impostos, na renda das famílias, nos investimentos, tornando ainda mais grave a situação macroeconômica daquele país. Sem possibilidade de aumentar os investimentos públicos, pouco o Governo Grego pôde fazer para aumentar a competitividade e a produção nacional.

O FMI prega que as políticas de austeridade são suficientes para tirar a Grécia da crise. Essa visão, no entanto, não é compartilhada por inteiro por Haliassos e Vayanos (2011). Esses economistas acreditam que a economia grega precisa também de ações que levem ao crescimento da renda e que tenham em vista não apenas a manutenção do país como solvente no curto prazo, mas também que tornem possível o pagamento de sua dívida. Sua alegação é que políticas de austeridade tendem a levar a economia à depressão e, por isso, a participação da dívida no PIB também cresce, fazendo com o que o país mergulhe cada vez mais na insolvência. Sua sugestão, portanto, é um conjunto de políticas reformistas que visem o crescimento.

Diferentemente de Haliassos e Vayanos (2011), Polychroniou (2011) se opõe às medidas de austeridades destinadas à Grécia pelo FMI. O autor lembra os planos de resgates

que se passaram em 2010 e classifica suas consequências como catastróficas uma vez que aceleraram a espiral negativa da economia e submeteram a população grega a medidas extremas que afetaram principalmente aqueles que seriam os menos responsáveis pelo pontapé da crise, ou seja, a população trabalhadora mais pobre.

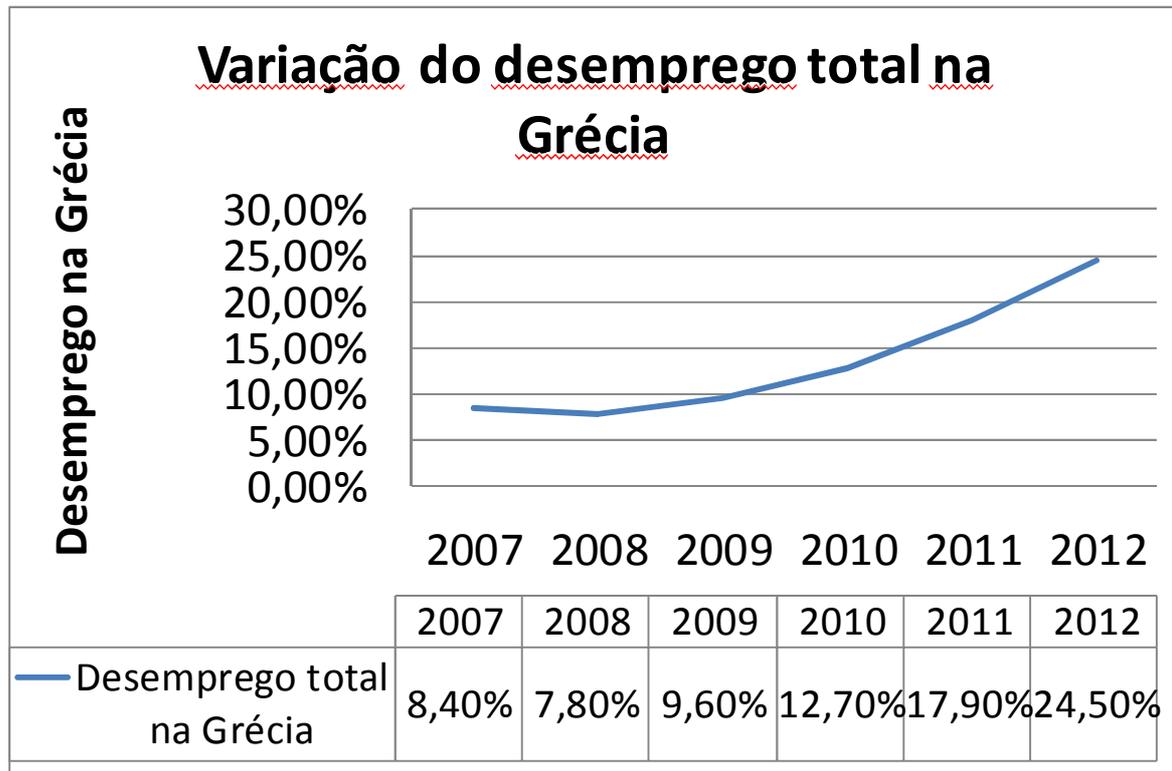
O consumo grego bateu recordes históricos na década de 2000: o aumento era equivalente a 97% da taxa de crescimento do PIB do país entre 2000 e 2008. No entanto, o governo não reverteu essa taxa em investimentos em estrutura produtiva: o volume do investimento decresceu 15% na soma do PIB nesse mesmo período. Dessa forma, a balança comercial da Grécia ficou em déficit, o que fez com que sua dívida externa aumentasse em taxas que chegaram a 89% do PIB em 2009.

Segundo Polychroniou (2011), o desempenho da economia da Grécia vivia um paradoxo após seu acesso à Zona do Euro. A princípio, existia a ideia de que a tanto o crescimento e como a produtividade aumentariam acompanhados pelos ganhos em competitividade. No entanto, a curva de produtividade via-se decrescente: no período entre 2000 e 2009, diminuiu em uma taxa de 10%. No entanto, o PIB grego registrou um crescimento médio de 4% ao ano nos anos compreendidos entre 1997 e 2007. Isso se deu majoritariamente por conta de transferências provenientes da União Europeia e pela elevação dos gastos governamentais – que, por sua vez, eram financiados por meio do aumento da dívida pública que cresceu 100% entre 2001 e 2009.

Já a retração do PIB provoca, entre outras coisas, a diminuição no número de postos de trabalho, reduzindo, assim, a demanda por mão-de-obra. Essa situação eleva o número de desempregados que, por sua vez, se veem obrigados a recorrer a fontes outras que não só a remuneração por seu trabalho par a manutenção de sua família. Essas fontes podem ser tanto os programas de seguridade social quanto o endividamento. Assim, quanto maior o número de desempregados de uma sociedade, maior é o custo da assistência social, onerando ainda mais o Estado. No gráfico a seguir, é possível ver o crescimento vertiginoso da taxa de desocupação da população economicamente ativa.

Os níveis de desemprego na Grécia entre os anos de 2007 e 2011 mais do que dobraram, mostrando quão impactante foram a retração do PIB e as políticas de austeridade fiscal para a sociedade grega. Durante as negociações dos pacotes de resgate entre a *troika* e o governo grego mais de um sexto da população estava sem emprego e se viu severamente limitada em acessar os programas antes assegurados de previdência social.

Gráfico 2 – Variação do desemprego na Grécia entre 2007 e 2012



FONTE: Elaboração própria a partir de EUROSTAT (2016).

Em protesto realizado em outubro de 2011, reuniram-se mais de 100 mil pessoas que buscavam pressionar contra a implementação das medidas de austeridade fiscal. O nível de insatisfação da população era tão elevado que esse protesto desencadeou uma onda de violência e confrontos entre a polícia e os manifestantes resultando em ao menos 14 policiais feridos e um número desconhecido de manifestantes machucados.

Cerca de três mil policiais patrulhavam as ruas de Atenas e fecharam várias estações de metrô para impedir a chegada de mais manifestantes. Porém, os esforços da polícia se mostraram insuficientes e centenas de milhares de gregos se reuniram nas ruas para protestar contra o governo grego, o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional¹⁰.

A população jovem de até 25 anos mostra-se ainda mais sensível às restrições de uma economia em recessão. Esses indivíduos se veem em grande dificuldade para conseguir o primeiro emprego, algo essencial para a formação de suas carreiras e definitiva inserção no mercado de trabalho. A falta de experiência os torna pouco interessantes para as empresas que já estão passando por um processo de reestruturação dos quadros funcionais. Assim, como

¹⁰ Ver: “Greece unrest: Athens clashes amid general strike” (GREECE..., 2011).

pode ser visto no gráfico a seguir, a taxa de desemprego entre os jovens, é quase o dobro da taxa de desemprego entre a população em geral.

Gráfico 3 – Variação do desemprego entre jovens na Grécia entre 2007 e 2012



FONTE: Elaboração própria a partir de EUROSTAT (2016).

No gráfico antecedente, é possível observar que a questão do desemprego é ainda mais grave para os jovens com até 25 anos, que dispõem de pouca experiência e não conseguem o primeiro acesso ao mercado de trabalho. Tal condição torna ainda mais incerta a perspectiva para o futuro da economia grega, uma vez que, impedidos de trabalhar, os jovens de até 25 anos não são capazes de gerar fundos para a previdência social. Esta, por sua vez, já está profundamente deficitária, sendo obrigada a cortar benefícios dos aposentados.

A previdência social funciona com a lógica de financiamento por parte da população economicamente ativa para o pagamento dos benefícios e pensões para a população de aposentados e pensionistas. Tal sistema demanda um enorme fluxo de recursos imediatos para o seu equilíbrio. Esses fluxos são umbilicalmente dependentes da formalização do trabalho, da manutenção das taxas de desemprego abaixo de um mínimo necessário.

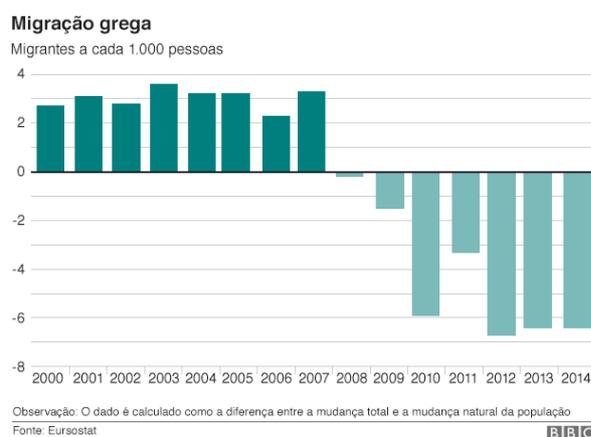
No caso de desequilíbrio nos fatores citados, há um déficit no sistema previdenciário que deve ser coberto com recursos do tesouro nacional. Assim, quanto maior o déficit da

previdência, maior a necessidade de financiamento externo para manter o sistema. De modo que o aumento significativo do desemprego na Grécia no período em estudo pode levar a um colapso definitivo tendo em vista o governo se encontra comprometido com a redução do orçamento público e se vê cada vez menos capaz de financiar o déficit previdenciário.

“O desemprego, a informalidade e a queda dos rendimentos reduzem a massa sobre a qual incidem as contribuições sobre a folha salarial (empregados e empregadores) que é a principal fonte de financiamento do setor” (FAGNANI, 2008, p. 2).

As poucas oportunidades de trabalho e a constante redução da renda das famílias criaram um fluxo migratório de gregos que, não mais encontrando oportunidades em seu país, viram-se forçados a emigrar, em especial para países da Zona do Euro, e conseguiram com isso, melhorar suas condições de vida. No gráfico que segue, nota-se a inversão dos fluxos migratórios ocorridos no período imediatamente anterior à crise fiscal e ao longo de toda a crise.

Gráfico 4 – Variação da migração grega entre 2000 e 2014



FONTE: Ver “Em números: Como a crise piorou a vida dos gregos” (EM NÚMEROS..., 2015).

No gráfico acima extraído de reportagem da BBC com fonte da Eurostat, percebe-se que houve um período de emigração considerável de gregos em busca de melhores condições de trabalho e de vida, especialmente em outros países da União Europeia. Esse cenário representa uma diminuição da oferta de mão-de-obra qualificada e, conseqüentemente, dificulta a retomada da indústria de bens com alto valor agregado no país mediterrâneo.

As políticas de cunho neoliberal que passaram a ser implementadas a partir da década de 1980 incidiram em externalidades negativas que afetaram a população de forma direta. A renda originária do trabalho sofreu um declínio relativo e, por isso, as camadas populares viram seu poder de compra diminuir. Assim, essa camada da população passou a buscar alternativas para a manutenção de seu padrão de vida que resultou no seu endividamento. A

abundância de crédito à época facilitou esse comportamento. Simultaneamente, a bolha imobiliária fazia os preços dos imóveis subir, o que levava a um endividamento ainda maior das famílias.

Uma das formas impostas pela *troika* para aumentar a arrecadação fiscal na Grécia e, assim, diminuir os déficits públicos daquele país foi o aumento do imposto sobre a renda das famílias. Esse aumento comprometeu ainda mais a capacidade de compra dos gregos que já se encontravam vulneráveis, uma vez que os salários haviam sido reduzidos e o acesso aos serviços públicos estava prejudicado. No gráfico a seguir, nota-se o aumento de 9% sobre a carga de imposto sobre a renda.

Gráfico 5 – Variação do IR sobre pessoa física na Grécia entre 2007 e 2013



FONTE: Elaboração própria a partir de EUROSTAT (2016).

Conforme exposto no gráfico acima, percebe-se um aumento nas taxas de impostos incidentes sobre a renda. Isso somado ao fato de ter havido na Grécia uma significativa redução nos rendimentos das famílias permite demonstrar a queda na capacidade de compra da população, desacelerando ainda mais a retomada econômica de um país profundamente mergulhado na recessão.

O aumento das taxas de impostos promove um resfriamento na atividade econômica, causando um efeito oposto ao desejado. Ou seja, uma queda na arrecadação do governo. Aliando-se o aumento da carga tributária e a queda da arrecadação bruta, as contas públicas tornam-se mais deficitárias e a economia se vê com menos capacidade de reação.

3 OS PACOTES DE AJUSTE FISCAL PARA A GRÉCIA

Nesta seção, serão expostos os planos de ajuste econômico negociados entre o Governo Grego, os credores internacionais e a *troika*.

A *troika* é composta pelo FMI, Banco Central Europeu e a Comissão Europeia e é responsável pela liberação de recursos capazes de promover a rolagem da dívida grega. Os credores internacionais são os agentes financeiros, fundos de investimento que detém a maior parte da dívida grega e agem no sentido de pressionar pelo cumprimento das obrigações por parte do governo. O Governo Grego é o ator responsável por conciliar as demandas dos credores internacionais, por implementar as exigências da *troika* e lidar da opinião pública grega.

3.1 Primeiro Pacote de Ajuste Econômico para a Grécia

Apesar de uma hesitação no começo da crise, uma medida inicial foi tomada entre fevereiro e março de 2010 – portanto, antes do primeiro pacote de resgate. Essa medida incluía um corte de 10% nos salários, o congelamento de novas admissões no serviço público e um aumento na taxa do imposto sobre valor agregado de 19% para 21%, além da sobretaxa de produtos como petróleo, cigarro, álcool e além de ajustes na forma de cobrança do imposto de renda. Aplicou-se também uma redução nos gastos operacionais do governo central (UNION, 2010; MONASTIRITIS *et al.*, 2013).

Esse primeiro memorando de entendimento sobre a assistência financeira à Grécia deu início a uma série que inclui, além de outros congêneres, várias revisões. O primeiro documento a tentar lidar com a crise da dívida grega foi assinado em três de maio de 2010 pelo então primeiro ministro Papandreou, pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo FMI, que a partir de então seriam comumente chamados de *troika*.

Esse memorando apresentou medidas mais restritivas daquelas adotadas voluntariamente pela Grécia nos meses anteriores. Os salários no setor público foram cortados inicialmente em 3%. Os décimo terceiro e décimo quarto salários foram limitados ao valor máximo de 500 euros para aqueles funcionários que recebiam até 3000 euros por mês e eliminados completamente para aqueles que recebiam acima desse valor. O IVA subiu de 21% para 23% e impostos adicionais foram criados para itens considerados de luxo, como carros importados, além de itens considerados supérfluos, como combustível, cigarro e álcool.

Taxas adicionais foram impostas a pensionistas, ao lucro das empresas e a poupança foi submetida ao controle estatal sobre gastos e investimentos (MONASTIRITIS *et al.*, 2013).

O acordo também previa uma reforma radical no sistema de pensões. A idade para aposentadoria subiu de 60 para 65 anos e deve ser igualada entre homens e mulheres até 2015. Penalidades foram impostas às aposentadorias antecipadas. Os pagamentos de pensão foram suspensos para os pensionistas que continuavam empregados (MONASTIRITIS *et al.*, 2013).

O plano assinado inicialmente consistia em uma ajuda financeira por três anos à economia grega. O montante total de 110 bilhões de euros era composto por 80 bilhões provenientes de um empréstimo por parte do Eurogroup e mais 30 bilhões originários do FMI.

3.2 Segundo Pacote de Ajuste Econômico para a Grécia

Em 21 de julho de 2011, os líderes de 17 países da Zona do Euro encontraram-se na Reunião da União Europeia e aprovaram um rascunho preliminar do referido pacote, que buscava solucionar as limitações do primeiro pacote. Esse segundo pacote seria uma ajuda de um montante de 100 bilhões de euros a ser provido pelo recém-criado Fundo Europeu de Estabilização Financeira (*European Financial Stability Facility*– EFSF, em inglês). O prazo para pagamento foi estendido de sete para quinze anos e a taxa de juros reduzida para 3,5% ao ano.

A *troika*, responsável pelo segundo pacote de resgate, impôs três condições como exigência à Grécia para receber o dinheiro. A primeira era finalizar o acordo em que todos os credores privados dos títulos gregos aceitassem o corte de 50% da dívida com juros reduzidos a 3,5%, permitindo assim, a redução da dívida grega em cem bilhões de euros. A segunda condição era que a Grécia deveria implementar um novo pacote de austeridade buscando reduzir seu déficit público a um número sustentável. A terceira exigência era que a maioria dos políticos gregos deveria assinar um documento se comprometendo a dar suporte aos novos programas de austeridade, mesmo depois das eleições programadas para abril de 2012 (UNION, 2012; MONASTIRITIS *et al.*, 2013).

Em 21 de fevereiro de 2012, o Eurogrupo finalizou o acordo do segundo pacote de resgate, que concordava em conceder um empréstimo de 100 bilhões de euros. Em 1º de março de 2012, assim como o seu antecessor, o Segundo Pacote de Ajuste Econômico Grego, foi assinado pelo primeiro ministro Papademos e a *troika* (UNION, 2012).

Seguindo as negociações do segundo pacote de resgate, o governo apresentou as medidas de médio prazo em fevereiro de 2012. O salário mínimo foi reduzido em 22% (e em

32% para os novos ingressantes no mercado de trabalho). O governo também descentralizou completamente as negociações para reajuste salariais, extinguindo os pisos e permitindo a negociação individual de novos salários. Além disso, aboliu a regra de estabilidade do emprego no serviço público e se comprometeu a cortar 150 mil postos de trabalho até 2015. Novas taxas sobre a propriedade foram instituídas e os gastos com benefícios sociais foram cortados em setores-chave, como a saúde e a previdência social (UNION, 2012; MONASTIRITIS *et al.*, 2013).

4 A CRISE GREGA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O contexto da década de 1970 gerou dois importantes trabalhos de Joseph Nye e Robert Keohane que servirão como base para a análise de Relações Internacionais a que se propõe esse artigo. Esses anos foram marcados por dois episódios de crise gerada por problemas no comércio do petróleo. A primeira em 1973, na ocasião da Guerra do Yom-Kippur, quando os integrantes árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) organizaram-se em um cartel e aumentaram em 300% o preço do barril da *commodity* como uma retaliação ao apoio dos EUA a Israel. É importante notar que, nesse caso, o conflito vai além de interestatal apenas: tratam-se de consumidores e produtores. A seguinte em 1979, quando a Revolução Iraniana e a Guerra Irã-Iraque desestabilizaram a produção na região e geraram uma alta de mais de 1000% pelo barril, fazendo com que os países importadores precisassem buscar alternativas.

Esses dois momentos pontuais do contexto do segunda metade do século XX são exemplos de como acontecimentos em países que não pertencem às grandes potências têm o condão de influenciar de forma importante a dinâmica do sistema internacional. Fazendo uma observação disso, Nye e Keohane, especialmente em suas obras de 1971 e de 1977, elaboram uma reflexão que pode-se chamar de Teoria da Interdependência Complexa. Essa teoria, apesar de ter surgido para analisar a crise dos anos 1970, também pode ser aplicada ao caso da crise econômica do final dos anos 2000 e à questão grega, pois sua ideia de interação entre centro e periferia globais está longe da obsolescência.

Antes de partir para a discussão à luz da Teoria da Interdependência Complexa, entretanto, é importante ressaltar que não é a intenção deste trabalho fazer uma análise aprofundada do ponto de vista teórico das relações internacionais presentes no caso da crise grega. No entanto, uma consideração é necessária, já que a teoria nos instrumentaliza para compreendermos a evolução dos acontecimentos. Sendo assim, não é objetivo aqui inovar teoricamente o debate e sim, usar a Interdependência Complexa como uma lente que ajuda a entender os acontecimentos.

A interdependência, na visão de Nye e Keohane, é entendida como a relação entre pelo menos dois países na qual as decisões resultantes de processos individuais têm efeitos recíprocos, atingindo de alguma maneira suas respectivas economias e sociedades. A interdependência é, assim, uma via de mão dupla, em que nenhum ator deixa de sofrer os efeitos de acontecimentos que lhe são estrangeiros e vice-versa (KEOHANE e NYE, 1977).

Dessa constatação nasce uma questão que é fundamental para o estudo do caso grego: a influência em decisões e processos que ocorrem nos atores é a forma de administrar os efeitos da interdependência? E, conseqüentemente, como os Estados vêm comprometida sua capacidade de ação soberana em função dos compromissos assumidos com seus pares também soberanos e com outros atores internacionais? E, no caso específico da Grécia, ainda é possível acrescentar a soberania na aplicação das técnicas tradicionais de crise fiscal, como a inflação da moeda para gerar liquidez.

Essa última questão é levantada também por Boyer (2012) e já foi referida anteriormente neste trabalho. Com a adoção da união monetária europeia, os países membros abdicaram de sua capacidade de gerir sua política monetária, entregando às instituições como o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, a tarefa de gerir as políticas monetaristas e de regulação da taxa de juros. Desse modo, os acontecimentos da crise fiscal grega, o governo desse país se viu severamente limitado em sua capacidade de ação para contornar o crescente aumento do endividamento e conciliar o enfrentamento da crise com a manutenção das obrigações orçamentárias e de sua política fiscal.

Na visão da Teoria da Interdependência Complexa, o aprofundamento das relações entre os atores, além de inevitável, causa efeitos negativos. Nisso diferenciam-se da ideia liberal de que o processo se retroalimentaria, gerando complementaridade entre as economias e diminuindo as desconfianças. Nye e Keohane (1977) indicam que, de fato, o aprofundamento da interdependência aumenta a sensibilidade dos atores aos acontecimentos nos diversos níveis do sistema, gerando os custos para as relações, e a vulnerabilidade gerada pelas assimetrias entre os atores.

Em alguma medida, é possível enxergar as características da Teoria da Interdependência Complexa na crise Grega. Em primeiro lugar, é relevante como a fronteira entre o doméstico e o internacional é difusa nesse caso. Por exemplo, na forma com que a crise econômica iniciada em 2007 levou à crise grega *a posteriori*. Ou seja, uma questão sistêmica influenciou um aspecto doméstico que, simultaneamente, respondeu ao sistema, afetando-o.

A economia grega é caracterizada pela fragilidade do seu setor industrial, que é restrito à fabricação de produtos com baixo valor agregado. O setor de serviços, notoriamente o turismo, se mostra como o mais preponderante da economia nacional. Desse modo, as políticas fiscais de seguridade social, assistência médica, educação pública, entre outros, encontram uma grande dificuldade de financiamento, dado os baixos dinamismo e competitividade da economia grega. A partir da adoção da moeda única e da livre circulação

de capitais, mercadorias e pessoas, ocorreu um fenômeno de profunda especialização do trabalho entre os países da Zona do Euro. Aos países do Norte, mais ricos e industrializados, coube a indústria de produtos com grande valor agregado, como automóveis e petroquímicos. Aos do Sul, limitados pela baixa competitividade da sua força de trabalho e de sua economia, coube a instalação de indústrias de produtos de baixo valor agregado e a prestação de serviços, como o turismo e os serviços bancários.

Esse quadro provocou um desequilíbrio nas balanças comerciais dos países da Zona do Euro. Os países do Norte conseguiam obter um grande superávit impulsionados pela exportação de produtos ao passo que, tendo sido devastado o setor industrial dos países do Sul, esses se viam obrigados a importar-lhe mercadorias. Assim, tinham balanças deficitárias. Os déficits comerciais dos países do Sul, em especial, o da Grécia, passaram a ser financiados com o déficit público. Ou seja, o governo grego tomava dinheiro emprestado no mercado para cobrir o resultado negativo de sua balança comercial. Tal situação só foi possível pela capacidade da Grécia, membro da União Monetária Europeia, de tomar empréstimos a juros baixos e em grandes volumes. Esses acontecimentos mascararam a real situação da economia grega, que somente desvendada com o surgimento da crise de 2008. Essa grande divisão do trabalho na UE é um reflexo da intensidade e da complexidade da interdependência vivida pelo bloco.

A forte presença de instituições internacionais, como as que formam a *troika* também é indicativo de que o âmbito dos fóruns de cooperação têm legitimidade como mecanismo nas negociações. A assimetria na interdependência é o ponto forte da teoria de Nye e Keohane para a aplicação no caso estudado, já que, mesmo que a influência seja simultânea, o poder das decisões da *troika* leva a Grécia a preocupar-se com sua vulnerabilidade e cumprir os acordos, mesmo que pareçam prejudiciais ao seu interesse nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi levantar uma discussão sobre a relação entre os pacotes de austeridade fiscal necessários para a recuperação fiscal da Grécia e o aprofundamento da crise social e a redução da qualidade de vida da população conforme expostos nas tabelas e dados anteriores. Além disso, também tratou-se da visão que as Relações Internacionais têm sobre o assunto.

Levando em conta o que foi exposto anteriormente, analisa-se que a Crise da Grécia é algo mais profundo do que uma mera irresponsabilidade dos seus governantes. Ela é caracterizada pela ação de inúmeros agentes nacionais e internacionais, estatais ou não-estatais, que contribuíram para o aprofundamento da crise fiscal e a consequente crise social ocorridas no período.

Por conta da intensa interligação existente no sistema financeiro globalizado, os ativos são dependentes em uma rede de interconexões. A falência do banco Lehman Brothers, em 2007, gerou um acúmulo de ativos financeiros de baixa liquidez que contaminou outros bancos. Esse quadro levantou uma forte possibilidade de insolvência generalizada no sistema bancários. Para evitar uma situação semelhante à da Crise de 1929, os Estados europeus promoveram pacotes de socorro financeiro que fizeram as dívidas do sistema financeiro passarem para os tesouros nacionais (BOYER, 2012).

A classificação dessa crise econômica ainda está em debate entre os estudiosos. Segundo Holland e Britto (2010), é uma crise da terceira geração de Krugman (2009), causada por má gestão do sistema bancário. Já Boyer (2012) a encaixa na segunda geração de crises, características da especulação por parte dos investidores em relação a uma moeda soberana. Esse debate também foi tema deste trabalho e serviu para contextualizar o problema na Grécia.

A economia grega, que é considerada periférica na Zona do Euro e que é baseada majoritariamente nos setores do turismo e da manufatura básica, não tinha contava com condições estatais de injeção de ativos que remediassem os efeitos da crise. Na verdade, seu caráter fortemente dependente dos investimentos estrangeiros encontrou como resultado dessa crise um esgotamento do financiamento de suas atividades econômicas e fiscais.

Como prevê a Teoria da Interdependência Complexa (NYE; KEOHANE, 1971; 1977), assim como a Grécia sofreu as consequências dessa crise globalizada, o sistema internacional foi afetado pelo desmantelo da economia grega. Em uma tentativa de sanar a situação, a *troika*, composta por instituições financeiras internacionais, impôs ao Governo Grego

medidas que promoviam a austeridade como uma forma de remediar o desequilíbrio fiscal que o país vivia. Essas medidas vieram em pacotes que, a medida que eram cumpridos pelo governo, acabavam por afetar o bem-estar da população.

A economia grega, que já estava abalada por conta da crise, contraiu-se ainda mais por causa das medidas da *troika* (BOYER, 2012). Como foi demonstrado pelos gráficos anteriores, no período analisado, houve queda do PIB grego. Além disso, o desemprego aumentou, sobretudo entre aqueles que buscavam a primeira oportunidade no mercado de trabalho. Sob essas condições, a população grega passou a emigrar cada vez mais em busca de outros postos, o que também gerou problemas para os demais membros da União Europeia.

Todos esses fatos são reflexos da intensa interação entre centro e periferia que é apontada por Nye e Keohane. Assim, é possível dizer que, neste caso, a influência estrangeira em decisões e processos que ocorrem no âmbito doméstico dos atores é uma forma de administrar os impactos da interdependência. É importante salientar, no entanto, que, mesmo que seja a política aplicada, não necessariamente foi a melhor opção, tendo em vista as consequências sociais sofridas pela população grega.

REFERÊNCIAS

- 2008: WORSE than the Great Depression? *CNN Money*, 27 Ago 2014. Disponível em <<http://money.cnn.com/2014/08/27/news/economy/ben-bernanke-great-depression/>>. Acesso em 07 Ago 2015.
- BOYER, R. The four fallacies of contemporary austerity policies: the lost Keynesian legacy. *Cambridge Journal of Economics*. v. 36, 2012. p. 283-312.
- EM NÚMEROS: Como a crise piorou a vida dos gregos, *BBC Brasil*, 18 Jul 2015. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150716_situacao_grecia_rb> Acesso em 03 Ago 2015.
- ENTENDA a quebra do banco Lehman Brothers, *BBC Brasil*, 15 Set 2008. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080915_lehman_qa_pu.shtml>. Acesso em 07 Ago 2015.
- EUROPEAN debt crisis: Papademos named as Greece's new PM, *The Guardian*, 11 Nov 2011. Disponível em <<http://www.theguardian.com/business/blog/2011/nov/10/eurozone-crisis-italy-greece>>. Acesso em 07 Ago 2015.
- FAGNANI, E. Previdência social e desenvolvimento econômico. *Textos para discussão*. IE/UNICAMP, n. 140. Fev. 2008.
- GRÉCIA desiste do referendo, diz ministro das Finanças, *G1 Economia*, 04 Nov 2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/11/grecia-desiste-do-referendo-diz-ministro-das-financas.html>>. Acesso em 07 Ago 2015.
- GREECE unrest: Athens clashes amid general strike, *BBC*, 19 Out 2011. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-europe-15362678>> Acesso em 3 Ago 2015.
- GREEK Leaders Calls Of Referendum on Bailout Plan, *The New York Times*, 03 Nov 2011. Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/11/04/world/europe/greek-leaders-split-on-euro-referendum.html?_r=1>. Acesso em 07 Ago 2015.
- GREEK parliament passes austerity bill, *Reuters*, 05 Mar 2010. Disponível em <<http://www.reuters.com/article/2010/03/05/greece-vote-idUSATH00527020100305?type=usDollarRpt>>. Acesso em 07 Ago 2015.
- HALIASSOS, M.; VAYANOS, D. *Getting Greece back on track: How?* Discurso na “The Economist Conference with the Government of Greece”. Maio 2011. Disponível em <<http://www.greekeconomistsforreform.org/>>. Acesso em 07 Ago 2015.
- HOLLAND, M; BRITO, I. A. A crise de 2008 e a economia da depressão. *Revista de Economia Política*. v. 1, n. 30, 2010. p. 180-182.
- INSIGHT: Papandreou, the rise and fall of a Greek prince, *Reuters*, 08 Nov 2011. Disponível em <<http://www.reuters.com/article/2011/11/08/us-greece-papandreou-idUSTRE7A74RU20111108>>. Acesso em 07 Ago 2015.

KEOHANE, R.; NYE, J. Transnational Relations and World Politics: An introduction. *International Organization*. v. 25, n. 3, 1971. p. 329-349.

_____. Power and Interdependence: World Politics in Transition. *Political Science Quarterly*. v. 93, n. 1, 1978. p. 132-134.

KRUGMAN, P. (org.). *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro, Campus: 2009.

LUCAS Papademos emerges as frontrunner to be new Greek PM, *The Guardian*, 07 Nov 2011. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2011/nov/07/lucas-papademos-frontrunner-greek-pm>>. Acesso em 07 Ago 2015.

MONASTIRIOTIS, V. et al. Austerity Measures in Crisis Countries – Results and Impact on Mid-term Development. *Intereconomics Review of European Economic Policy*. v. 48, n. 1, 2013. p. 4-32.

PAPANDREOUS's Fall, *Harvard Kennedy School*, 15 Nov 2011. Disponível em <<http://www.hks.harvard.edu/news-events/news/news-archive/papandreou%E2%80%99s-fall>>. Acesso em 07 Ago 2015.

POLYCHRONIOU, C. J. *The Mediterranean conundrum: the link between the state and the macroeconomy, and the disastrous effects of the European policy of austerity*. Levy Institute of Bard College, May 2012.

THE COLAPSE of Lehman Brothers, *The Telegraph*, 10 Set 2008. Disponível em <<http://www.telegraph.co.uk/finance/financialcrisis/6173145/The-collapse-of-Lehman-Brothers.html>>. Acesso em 07 Ago 2015.

UNION, European. *The Economic Adjustment Programme for Greece*. 2010. Disponível em <http://www.mnec.gr/sites/default/files/ocp61_en.pdf>. Acesso em 06 Ago 2015.

_____. *The Second Economic Adjustment Programme for Greece*. 2012. Disponível em <http://www.mnec.gr/sites/default/files/ocp94_en.pdf>. Acesso em 06 Ago 2015.

WHEN FORTUNE frowned, *The Economist*, 09 Out 2008. Disponível em <<http://www.economist.com/node/12373696>>. Acesso em 07 Ago 2015.